

CT – 0201/24

São Paulo, 11 de julho de 2024

SENADO FEDERAL

Sr. Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Senador

Rua Ministro Orozimbo Nonato, 442. Salas 1209 A 1212 - Cond. E-Office.

CEP: 34006-053 - Vila Da Serra, Nova Lima, Mg

Assunto: Projeto de Lei 576/2021 e o seu caráter de urgência

Exmo. Sr. Senador Rodrigo Otavio Soares Pacheco,

A **ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias**, que congrega mais de 150 empresas da Indústria de Energia Eólica no Brasil, tendo como principal objetivo trabalhar em prol da inserção, consolidação e sustentabilidade dessa cadeia em ambiente nacional, vem, respeitosamente, apresentar a necessidade de urgência para aprovação do Projeto de Lei (PL) 576/2021, que trata sobre eólicas offshore e a cessão de uso do mar.

Desde o desenvolvimento inicial do PL, o Grupo de Trabalho (GT) de Eólicas Offshore, criado na ABEEólica, tem trabalhado e se articulado em prol o avanço regulatório do setor de eólicas offshore no país. Nesta perspectiva, o projeto de lei tem sido um dos principais objetos de debate das empresas associadas, com o intuito de aprimoramento para acomodar as principais perspectivas e expectativas do setor.

Trata-se de projeto de lei que tem o potencial de pavimentar os caminhos para uma transição energética justa e inclusiva, garantindo investimentos que irão colaborar com uma série de benefícios sociais e econômicos para a economia brasileira.

O GT Offshore supracitado, é composto pelas principais empresas da indústria de eólicas offshore e do setor de óleo e gás e que aguardam com expectativa a aprovação do PL 576/2021 para dar continuidade nas suas atividades voltadas para a tecnologia no Brasil. A aprovação do marco regulatório garantirá a criação de um ambiente institucional que permitirá posicionar o Brasil como um país estratégico para atrair novos investimentos e oportunidades de negócios frente a transição energética.

Entretanto, a demora para aprovação do PL 576/2021 tem refletido na desmobilização de recursos e iniciativas de grandes empresas e fundos de investimento no ambiente nacional. A inexistência de um marco regulatório e perspectiva de continuidade, impedem que as organizações possam continuar suas prospecções

em eólicas offshore no Brasil, redirecionando seus recursos para outros mercados em desenvolvimento e com ambiente regulatório já estruturado, conforme apresentam-se os Anexos desta carta.

Ademais, o PL 576/2021 poderá auxiliar na neoindustrialização verde e nos compromissos climáticos firmados pelo Brasil na COP 28, fomentando não só o desenvolvimento das eólicas offshore, mas também de outras tecnologias dos oceanos, em concordância com a disposição da lei. É relevante mencionar que, segundo dados do GWEC (Global Wind Energy Council), para cada GW instalado da tecnologia são investidos € 2,5 bilhões (aproximadamente R\$14,7 bilhões) na economia nacional¹². Estes dados ratificam que o Brasil poderá desperdiçar um espaço de oportunidades com a imobilização e não avanço da aprovação do marco legal.

O amalgama dos movimentos das organizações, o potencial eólico nacional, as oportunidades que a tecnologia agrega à industrialização e o combate as mudanças climáticas, compõem as expectativas de aprovação da lei e reverbera de forma ampla na possibilidade de desenvolvimento de outras indústrias e fabricantes no Brasil. Dentre essas indústrias é oportuno citar: naval, portuária, siderúrgica e outras de tecnologias que tem a oportunidade de compor uma cadeia de suprimento no horizonte dos próximos anos.

Desta forma, a ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias) e seus membros associados reforçam a urgência na aprovação do Projeto de Lei 576/2021 para a criação de um marco regulatório, e consequentemente garantir a sustentabilidade e continuidade nas atividades de eólicas offshore na conjuntura nacional, impedindo a desmobilização de recursos por parte das organizações, visando a transição energética e industrialização do Brasil.

Dada a relevância do tema para o Brasil, ressaltamos a premência da aprovação, se possível, antes do recesso parlamentar, uma vez que o cronograma pós-legislativo será atrasado. Não aprovar o PL antes do recesso poderá postergar a primeira sessão de área para meados de 2028. Ou seja, em momento posterior a essa legislatura atual.

Portanto, a ABEEólica cordialmente agradece a possibilidade de manifestação, como medida essencial para estruturação de um marco legal, bem como coloca-se à disposição para esclarecer e detalhar os pontos apresentados, além de renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

AEB176C5E67E444...
Elbia Gannoun

Presidente Executiva da ABEEólica

¹ Vide: European wind energy competitiveness report: European Technology & Innovation Platform of Wind energy, Junho 2023. Link de acesso: <<https://etipwind.eu/files/reports/ETIPWind-CWER.pdf>>

² Vide: GWEC (Global Wind Energy Council). Global Offshore Wind Report 2024. June, 2024. Link de acesso: <<https://gwec.net/global-offshore-wind-report-2024/>>

A maior empresa de GLP da América Latina.

Experiência de mais de 70 anos energizando vidas e negócios dos brasileiros de forma sustentável.



Demora na lei das eólicas offshore impacta desde indústria de suprimentos até hidrogênio verde

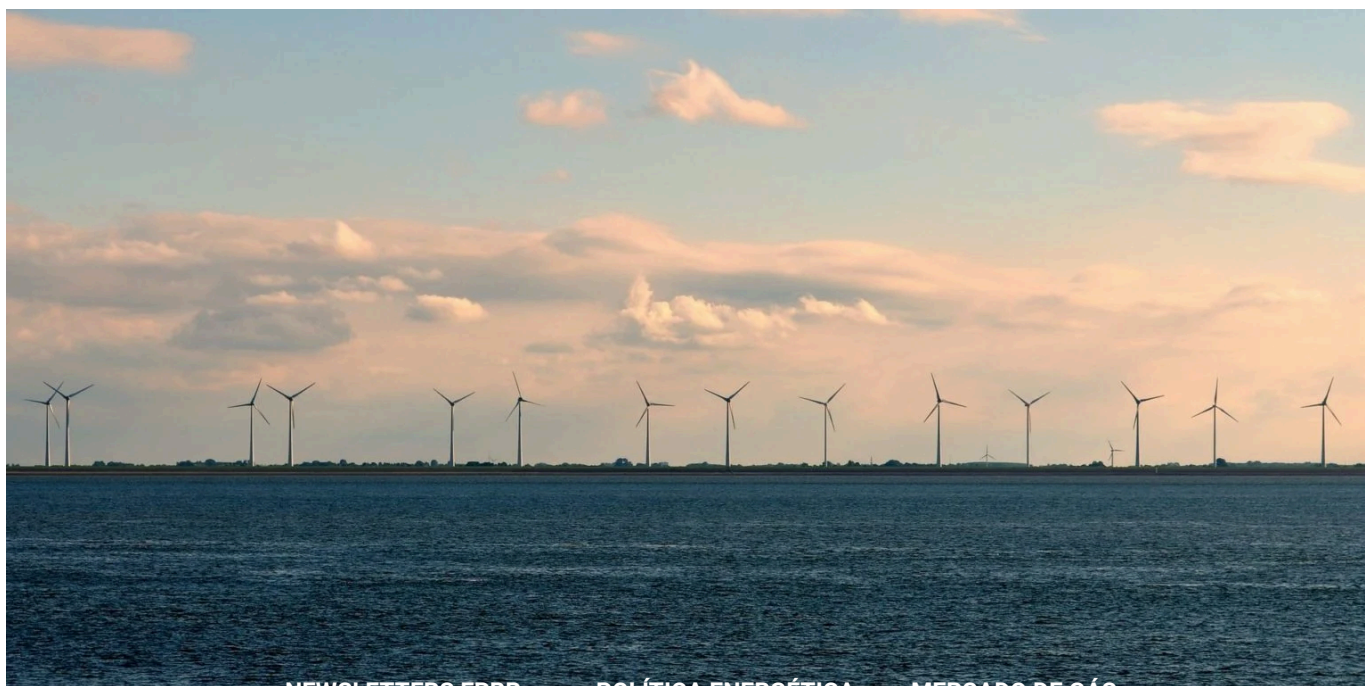
Investidores internacionais começam a redirecionar recursos para outros países onde desenvolvimento de projetos está mais avançado



Gabriel Chiappini — 28 de junho de 2024

Em Congresso, Eólica, Mercado offshore, Política energética, Transição energética

AA



PARIS – A demora na aprovação do **marco das eólicas offshore (PL 576/2021)**, **emperrado no Senado Federal**, também pode gerar uma série de impactos negativos nas cadeias de suprimento e em outras indústrias que poderiam se beneficiar do desenvolvimento de projetos no país, como o hidrogênio verde, avaliam executivos do setor.

- **Whatsapp: *siga o canal da epbr e ative os alertas!***

A falta de um arcabouço regulatório claro está paralisando investimentos e causando a realocação de recursos humanos e financeiros para outros países com legislações mais avançadas.

Diogo Nóbrega, CEO da Copenhagen Infrastructure Partners e Copenhagen Offshore Partners (CIP/COP) no Brasil, destaca que, embora a CIP – fundo de pensão dinamarquês – veja o Brasil como um mercado estratégico, as atividades da COP – desenvolvedora de projetos *offshore* – foram encerradas temporariamente no país.

No Brasil, a empresa espera investir pelo **menos US\$ 6 bilhões** para o desenvolvimento de quatro parques eólicos em alto mar, com 7 GW.

Os recursos humanos da COP foram realocados para países como Taiwan e Filipinas, onde o desenvolvimento de projetos *offshore* está em estágio mais avançado. “Quando a regra estiver pronta, a gente retoma as atividades aqui”, afirma Nóbrega à **agência epbr**.

PUBLICIDADE



A leitura do CEO é que a regulamentação das eólicas *offshore* pode demorar mais dois anos, o que pode afetar toda a cadeia de fornecimento e logística.

“É tudo é impactado. Toda a cadeia de fornecimento. Toda a cadeia logística. Porque é tudo limitado para a demanda que existe hoje no mundo”, diz.

suas capacidades”, completa.

Ainda assim, a CIP pretende continuar no mercado brasileiro, “olhando não só para o *offshore*, mas para os outros mercados, para projetos solar e novas tecnologias”.

PUBLICIDADE



Perda de oportunidade e investimentos

Roberta Cox, diretora de política no Brasil do Global Wind Energy Council (GWEC), alerta que a demora na legislação pode fazer o Brasil perder uma janela crucial de investimentos.

“Se o Brasil continuar com essa porta fechada, esse dinheiro vai para outro lugar e aí até a gente conseguir desenvolver isso aqui no Brasil vai ser muito difícil”, diz Cox à **agência epbr**.

Ela aponta que cada gigawatt de energia eólica *offshore* pode gerar US\$ 2,5 bilhões em investimentos e 17 mil empregos, e que a falta de uma legislação clara pode desviar esses benefícios para outros países.

Cox também ressalta que a falta da legislação impede a atração de grandes consumidores de energia, como data centers e indústrias de hidrogênio verde, fertilizantes e aço verde, que precisam de segurança no fornecimento de eletricidade para suas atividades.

Estudo da Oxford mostra que descarbonizar a produção de aço no Brasil, por exemplo, exigiria 26 GW de energia limpa. E o mercado acredita que a **produção de fertilizantes poderia estar integrada à geração de energia eólica *offshore*** no país.

PUBLICIDADE



Deslocamento da cadeia de suprimentos

Cox observa que a cadeia de suprimentos de eólicas *onshore* no Brasil já está se deslocando para outros países, e a falta de regulamentação das *offshore* contribui ainda mais para esse movimento, uma vez que não sinaliza uma demanda futura de equipamentos.

“Ano passado, o GWEC lançou um estudo de supply chain global. Identificamos que em diversos pontos do mundo, a partir de 2026, vai ter falta de equipamentos”.

Ela avalia que a existência de uma base já estabelecida para a fabricação de componentes como torres e pás eólicas *onshore* no Brasil oferece uma vantagem, mas sem a legislação adequada, essa capacidade pode não ser aproveitada para o setor *offshore*.

“Outros países no mundo estão ganhando investimentos e construindo a supply chain deles. A nossa já está passando por uma dificuldade. Se o Brasil não implementar as *offshore*, vamos ter que importar produtos de outros lugares. Não vai ter mais tantos investidores com dinheiro disponível para colocar aqui”.

PUBLICIDADE



NEWSLETTERS EPBR

POLÍTICA ENERGÉTICA

MERCADO DE GÁS

Impactos nos serviços portuário e *offshore*

Mauro Andrade, diretor de estratégias de negócios da Prumo, aponta que o atraso na aprovação da lei também afeta a manutenção da estrutura de serviços *offshore*, hoje voltada para as atividades de óleo e gás, tanto embarcações, quanto mão de obra qualificada.

“A eólica *offshore* também é um vetor para conseguir manter essa estrutura que já temos e construímos ao longo dos últimos 40 anos no Brasil, de apoio ao óleo e gás *offshore*. Um pedaço grande da cadeia de valor que vai instalar esses parques eólicos já existe no Brasil, porque ela já apoia a indústria de petróleo e gás”.

A companhia possui um **memorando de entendimento com a** Corio, do fundo australiano Macquarie, para desenvolver eólicas *offshore* no Porto do Açu (RJ) – controlado pela Prumo.

A empresa australiana, inclusive, já demitiu equipes no Brasil voltadas ao desenvolvimento dos projetos *offshore*, devido aos atrasos na legislação.

PUBLICIDADE



A demora também afeta a infraestrutura portuária.

À **epbr**, Andrade afirma que os portos brasileiros estão prontos para apoiar a logística das eólicas *offshore*, mas a incerteza regulatória impede que áreas sejam alocadas e investimentos sejam feitos, como é o caso do Porto do Açu.

“À medida que esses projetos vão atrasando e o setor não se materializa, é difícil imaginar que as empresas vão querer alugar a área ou começar investimentos ali”, explica.

“Ao mesmo tempo, existem outros segmentos, como o segmento de petróleo e gás, que continuam expandindo no Brasil. Então, as áreas são finitas. Vai chegar um momento em que vai ter que ter uma

NEWSLETTERS EPBR

POLÍTICA ENERGÉTICA

MERCADO DE GÁS



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

MERCADOS

ÚLTIMAS


LIVES



O executivo observa que a demora na aprovação no Senado envia um sinal ruim para o ambiente de investimentos no Brasil.

“Você acaba dando uma sinalização ruim de falta de agilidade na criação de marcos regulatórios”.

Há cerca de 100 projetos esperando para serem estudados, lembra o executivo, representando um potencial de investimento de até US\$ 2 bilhões em pesquisa e desenvolvimento que estão sendo adiados.



Assine nossa newsletter

De 2ª a 6ª, pela manhã, comece seu dia com as principais notícias do mercado de energia

ASSINAR

- Tudo sobre:
- cadeia de suprimentos

Corio

Diogo Nóbrega

Energia eólica

energia eólica offshore

Global Wind Energy Council (GWEC)

hidrogênio verde (H2V)

Macquarie

Mauro Andrade

PensionDanmark (CIP/COP)

PL 576/2021

PL das Eólicas Offshore

Porto do Açu

Prumo Logística

Roberta Cox

Mais da epbr

DIÁLOGOS DA TRANSIÇÃO

Proibição do fracking retorna à pauta da Câmara

NAYARA MACHADO

3 DE JULHO DE 2024



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

RN enxerga grande demanda para hidrogênio verde para descarbonizar indústria do cimento, diz secretário

ESTÚDIO EPBR

3 DE JULHO DE 2024

HIDROGÊNIO

Hidrogênio de baixo carbono: Senado deve concluir votação na quarta

AGÊNCIA SENADO 2 DE JULHO DE 2024

EÓLICA

Não faz sentido cobrar royalties de eólicas offshore, avalia EPE

LORENA MARCELINO 1 DE JULHO DE 2024

MAIS



MME prepara leilão de baterias para 2025

4 DE JULHO DE 2024

- ▶ Cade vai monitorar venda de combustíveis da Petrobras
- ▶ Também é preciso valorizar os servidores que fazem trabalho de campo na ANP
- ▶ Senado rejeita emendas e PL do hidrogênio segue para a Câmara

▶ Falta de servidores para o BR-116 e o POLÍTICA ENERGÉTICA tarifimercado de gás e o sindicato

- ▶ Ibama cancela audiência de térmica em Caçapava (SP) por protestos de ambientalistas
- ▶ Câmara vai debater MP da Amazonas Energia a pedido da oposição



A maior empresa de GLP da América Latina.

Experiência de mais de 70 anos energizando vidas e negócios dos brasileiros de forma sustentável.



© 2020 agência epbr

Mapa do site

[Quem somos](#) / [Capa](#) / [Últimas](#) / [Colunas e opinião](#) / [Newsletters epbr](#) / [Política energética](#) / [Mercado de gás](#) / [Petróleo e gás](#) / [Combustíveis](#) / [Mercado offshore](#) / [Transição energética](#) / [Setor elétrico](#)

Nossas redes



Notícia ⓘ • Estadão / Economia / [Colunas](#)

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

**Coluna do Broadcast** >

Bastidores do mundo dos negócios

Empresas de eólicas offshore desmobilizam investimento no País por demora na regulação

Projeto está parado no Senado por causa de 'jabutis' inseridos pela Câmara dos Deputados

Por [Gabriel Vasconcelos \(Broadcast\)](#) e [Luciana Collet \(Broadcast\)](#)

25/06/2024 | 22h00





Usina eólica offshore WindFloat Atlantic, da Ocean Winds, na costa de Portugal *Foto: Ocean Winds*

A demora na aprovação do marco legal das eólicas offshore no Congresso Nacional tem levado empresas do setor a abortar planos de investir no Brasil. O **Broadcast Energia** apurou que grupos estrangeiros, como o dinamarquês Copenhagen Infrastructure Partners (CIP) e a BlueFloat Energy, com sede na Espanha, já teriam desistido de colocar turbinas de geração no mar do País, transferindo previsão de investimentos para outras praças ao redor do mundo.

Mesmo nas empresas decididas a esperar o regramento local, equipes montadas no Brasil enfrentam desgaste com as matrizes, dispensando pessoal e freando a realização de estudos ambientais e de viabilidade.

O presidente da Corio Generation no Brasil, Ricardo de Luca, confirma o cenário limite, mas diz que o grupo mantém a decisão de atuar no Brasil. A Corio tem cinco projetos cadastrados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a fim de obter licenças ambientais, totalizando capacidade total de 6 gigawatts (GW) nos litorais das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. No mundo, o portfólio de projetos da Corio supera os 30 GW na Europa, Ásia e Américas.

“A gente não quer sair do Brasil, mas estamos sim impacientes. Há três anos investimos em tudo quanto é estudo possível. Junto com a Neoenergia, somos a empresa que mais investiu em estudos de viabilidade para eólica offshore”, afirma.

“Estamos pagando todos esses custos, os times. Não podemos manter isso por mais um ou dois anos sem um projeto de lei sobre a atividade aprovado”, reclama.

Estão em curso, segundo o executivo, estudos ambientais, de medição de vento, conexão com a rede, cadeia de fornecimento e portos. “Agora estamos fazendo o EIA/Rima [estudo e relatório de impacto ambiental] para as áreas, mesmo sem existência de regulação e sem saber se vamos ficar com elas lá na frente. A aprovação dessa lei agora é decisiva para os investidores”, diz.

PUBLICIDADE

Na prática, a lei é o que vai permitir ao Ministério de Minas e Energia preparar o primeiro leilão de prisms marítimos, que vai conceder áreas no mar, bem antes de qualquer leilão de energia de fato.

NEWSLETTER

Economia & Negócios

O cenário econômico do Brasil e do mundo e as implicações para o seu bolso, de segunda a sexta.

INSCREVA-S

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os [Termos de Uso](#) e [Política de Privacidade](#).

Ainda que preocupante, a lentidão do marco legal é menos crítica para empresas que já têm presença sólida no País por

dupla Engie e EDP Renewables, reunidas na joint venture Ocean Winds. Todas têm projetos cadastrados no Ibama à espera de licenciamento ambiental e aguardam o avanço das regras para acelerar suas unidades de negócio de eólica offshore.

Trava no Senado

A legislação das eólicas offshore é discutida no Congresso desde 2018 e tem projeto de lei que já tramitou nas duas Casas, mas tem a aprovação definitiva travada no Senado em função de oito jabutis. Os trechos foram inseridos por deputados federais no fim de 2023 para acomodar interesses que nada têm a ver com o assunto original do PL, como proteção às usinas a carvão e subsídios a outras modalidades de geração.

Em participação na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara no último dia 19, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chegou a dizer que a aprovação dos jabutis levaria a um “desastre tarifário”, com transferência de custo de R\$ 25 bilhões aos consumidores finais de energia. A monta já tinha sido sinalizada pela consultoria PSR, como mostrou o **Broadcast** em dezembro do ano passado.

“Sem aprovar esse PL e dar a sinalização para o mercado global de que vai fazer offshore, o País perderá investimento para outros países que têm planos robustos, como os Estados Unidos e a Europa, que dão inclusive subsídio para investimento. Então, se o Brasil não acelerar a aprovação dessa lei, vamos perder investidores, porque muitos já estão desanimados com o mercado brasileiro”, disse a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum.

O diretor de Novos Negócios da Prumo Logística, Mauro Andrade, não cita nomes, mas confirma a debandada. Controladora do Porto do Açu, no norte do Rio de Janeiro, a Prumo tem um projeto eólico offshore para o litoral do Rio de Janeiro (2,1 GW), mas está mais focada em projetos para receber as bases logísticas dos empreendimentos offshore e da cadeia de suprimentos, tendo fechado uma série de memorandos de intenção com empresas do setor.

“A verdade é que muitas dessas empresas já puxaram o ‘plug’ do País. Já foi. Elas mantêm um ou outro funcionário, mas os times já não olham mais para o Brasil, se voltaram a outros mercados onde a atividade vem crescendo ou as condições estão dadas”, diz. Ele cita mercados europeus, além dos Estados Unidos, Índia e até países latino-americanos, como a Colômbia.

Os executivos dizem que o Brasil perde oportunidades de negócio e geração de emprego, renda e tributos, que viriam sobretudo no início da próxima década, para quando se espera o início das operações, mas também agora. Isso porque os estudos prévios necessários a cada 1 GW de capacidade instalada no mar custam entre US\$ 70 milhões e US\$ 100 milhões, filão que poderia estar mais ativo hoje.

De fato, a lista de processos de licenciamento abertos junto ao Ibama já reúne 97 projetos, com capacidade total de 234,2 GW. Só os estudos necessários ao desenvolvimento desse portfólio, portanto, tirariam do papel investimentos na casa de dezenas de bilhões de dólares, ora represados por falta de legislação.

Desistentes

Entre esta quase uma centena de projetos, estão relacionados quatro com participação da CIP, sob o nome da empresa Bosford Participações: os parques offshore Palmas do Mar, de

Litorâneos, de 1,2 GW, no Rio Grande do Sul. A previsão de investimento seria de US\$ 6 bilhões, capital que agora deve ser alocado em projetos semelhantes nos Estados Unidos, disseram fontes. Procurada, a CIP informou que não comenta rumores de mercado.

PUBLICIDADE

A BlueFloat chegou a cadastrar sete projetos, com quase 18 GW de capacidade total, mas não teria começado estudos. Procurada, não respondeu.

Uma fonte do setor que não quis se identificar reconhece a situação delicada das empresas, mas pondera que a legislação tem avançado “no tempo da política”. “Na Dinamarca, a regulamentação das eólicas offshore demorou quase uma década, só que começou bem antes”, resume, indicando que a demora brasileira não é única.

*Este texto foi publicado no **Broadcast** no dia 21/06/24, às 13h46.*

*O **Broadcast+** é uma plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.*

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, [acesse](#).

PUBLICIDADE



Tudo Sobre

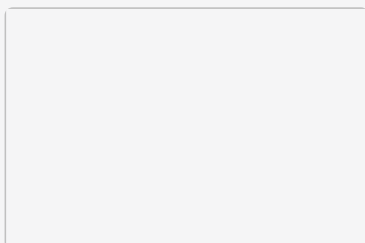
[energia eólica](#)[Senado Federal](#)[Ibama \[Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis\]](#)

COMENTÁRIOS

Os comentários são exclusivos para assinantes do Estadão.

[JÁ SOU ASSINANTE >](#)

Últimas: Economia



Mansueto Almeida: ‘Apesar da boa vontade da equipe econômica, a pergunta é como vão contingenciar’

11/07/2024 | 14h30 |
Renata Pedini |
Francisco Carlos de Assis | Marcio Rodrigues

Mais lidas

1. Quando a população do Brasil deve parar de crescer?
2. Geração Z não gosta de trabalhar no horário comercial e pode preferir noite ou madrugada, diz CEO Z
3. Americanas: manuscritos no iPad de ex-CEO levaram



**... mecanismo' da
confira glossário
fraude de R\$
com termos da 25 bi
reforma tributária**

11/07/2024 | 14h14 | Clayton
Freitas

**Cenário
melhora
para
Lula,
mas
Trump é
ameaça
no
ambiente
externo**

11/07/2024 |
13h56 |
Fernando
Dantas

**Brasil acerta
uma boa
bola no
cenário
internacional**

11/07/2024 |
13h47 | Fernando
Dantas

**4. Reforma
tributária:
Com isenção
para carnes e
mudanças na
Câmara,
Brasil deve ter
maior IVA do
mundo**

**5. Galaxy Ring,
anel
inteligente da
Samsung,
pode virar
mania no
Brasil; veja
primeiras
impressões**

ATENDIMENTO

[Correções](#)

[Fale conosco](#)

[Portal do assinante](#)

[Trabalhe conosco](#)

GABRIEL VASCONCELOS, LUCIANA COLLET,
ALTAMIRO SILVA JUNIOR E MATHEUS PIOVESANA
GABRIEL BALDOCCI (edição)
TWITTER: @COLUNABROADCAST
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Empresas de usinas eólicas em alto mar desmobilizam investimentos no Brasil

Ademora na aprovação do marco legal de energia eólica em alto mar (*offshore*) no Congresso Nacional tem levado empresas do setor a abortar planos de investir no Brasil. Segundo fontes, grupos estrangeiros como o dinamarquês Copenhagen Infrastructure Partners (CIP) e a BlueFloat Energy, com sede na Espanha, já teriam desistido de colocar turbinas de geração no mar do País e transferido a previsão de investimentos bilionários para outras praças ao redor do mundo. Mesmo nas empresas decididas a esperar o regimento local, equipes montadas no Brasil enfrentam desgaste com as matrizes, dispensando pessoal e freando a realização de estudos ambientais e de viabilidade.

Projeto tramita desde 2018

A legislação das eólicas offshore é discutida no Congresso desde 2018. O projeto já tramitou nas duas Casas, mas tem a aprovação definitiva no Senado travada por oito jabutis, inseridos para acomodar interesses que nada têm a ver com o assunto original, como proteção às usinas a carvão e subsídios a outras modalidades.

Ibama já tem 97 projetos cadastrados

Os processos de licenciamento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) reúnem 97 projetos de eólicas em alto mar (234,2 GW). Só os estudos necessários para esse portfólio já tirariam do papel investimentos de dezenas de bilhões de dólares, ora represados por falta de legislação.

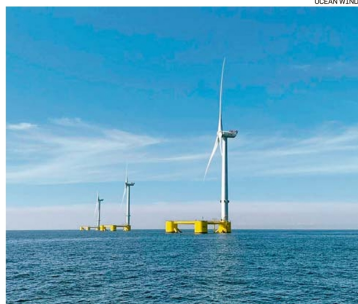
● **BILHÕES.** Quatro destes projetos têm participação da CIP, sob o nome da empresa Bosford Participações, com pouco mais de 7 GW de capacidade. A previsão de investimento seria de US\$ 6 bilhões, capital que agora deve ser alocado em projetos semelhantes nos Estados Unidos, disseram fontes.

● **BAIXA.** A BlueFloat chegou a cadastrar sete projetos, com quase 18 GW de capacidade total, mas não teria começado estudos. A CIP informou que não

comenta rumores de mercado. A BlueFloat não respondeu.

● **COM CALMA.** O diretor de Novos Negócios da Prumo Logística, Mauro Andrade, não cita nomes, mas confirma a debandada. Controladora do Porto do Açu, no Rio, a Prumo tem um projeto eólico offshore para o litoral fluminense (2,1 GW), mas está mais focada em receber as bases logísticas dos empreendimentos e na cadeia produtiva. A empresa já fechou alguns memorandos de intenção com companhias do setor.

FALTA LEGISLAÇÃO



Enquanto o projeto das eólicas offshore não anda no Senado, por causa de jabutis, empresas estão levando investimentos para fora

● **DESINTERESSE.** “A verdade é que muitas dessas empresas já puxaram o plug do País. Já foi. Elas mantêm um ou outro funcionário, mas os times já não olham mais para o Brasil, se voltaram a outros mercados”, diz Andrade. Ele cita mercados europeus, além dos EUA, Índia e até países latino-americanos, como a Colômbia.

● **NO BOLSO.** O presidente da Corio Generation no Brasil, Ricardo de Luca, confirma o cenário limite, mas diz que o grupo mantém a decisão de atuar no País. A empresa tem cinco projetos de eólicas em alto mar. “Há três anos investimos em tudo quanto é estudo possível. Estamos pagando todos esses custos, os times. Não podemos manter isso por mais um ou dois anos.”

● **VULNERÁVEIS.** Mais de 60% das tentativas de fraudes identificadas pela Serasa Experian em dispositivos, celulares ou computadores, são de roubo de contas em lojas eletrônicas, ou em serviços de avaliação ou em bancos. As mais comuns são no último setor: 84% das tentativas de roubo de conta identificadas foram no segmento bancário.

● **POR MINUTOS.** Foram identificadas uma tentativa de roubo de conta por minuto em 2023, segundo a Serasa. Os técnicos analisaram mais de 195 milhões de transações digitais, das quais 700 mil eram tentativas de fraude. Os fraudadores roubam os dados de acesso à conta e acessam para se fazer passar pela pessoa, que muitas vezes usa uma senha fraca, diz o gerente da Serasa Experian, Luis Tom Haddad. “É alguém que rouba a sua credencial de acesso à sua conta digital.”

● **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.** O Bradesco quer levar a todos os gerentes ainda este ano a versão “2.0” da BIA, assistente virtual de seus canais digitais que utiliza inteligência artificial (IA). A nova versão, que o banco está testando com um grupo selecionado de 1.600 gerentes e 600 clientes, inclui a IA generativa, que permite refinar as respostas e também uma conversa mais natural, o que é importante em especial para os clientes do varejo.

● **PARA A EQUIPE.** A ideia do Bradesco é que os 60.000 gerentes estejam com a solução em mãos no final do segundo semestre.

SOBE

Emissão de CRIs e CRAs salta mesmo com limitações

FELIPE RAU/ESTADÃO - 20/3/2023



Mesmo com o aperto das regras para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) com isenção de Imposto de Renda, o setor disparou, com a chegada de novas empresas ao mercado. De janeiro a maio, os CRIs somaram R\$ 24,3 bilhões, salto de 175% sobre o mesmo período de 2023, segundo a Uqbar, empresa de inteligência na área. Os CRAs cresceram 52,6%, para R\$ 16,97 bilhões.

DESCOE

Confiança do comércio recua pelo 2º mês, diz CNC

P. GONÇALVES/ESTADÃO - 20/6/2023



Os comerciantes brasileiros ficaram menos otimistas em junho, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icc) caiu 0,5% sobre maio, a segunda queda consecutiva, já descontadas as influências sazonais. O índice ficou em 106,1 pontos, permanecendo na zona de satisfação, acima de 100 pontos. Na comparação com junho de 2023, o Icc recuou 0,3%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 122.331,39 PTS. | Dia -0,25% | Mês 0,19% | Ano -8,83%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

| | R\$ | Var. % | |
|-----------------------------------|-------|--------|----|
| JBS ON NM | 31,54 | 1,74 | 21 |
| WEG ON NM | 43,57 | 1,71 | 26 |
| ARZZO CO ON NM | 50,93 | 1,45 | 6 |
| MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA | | | |
| PAJCAR-BOON | 2,83 | -3,74 | 5 |
| VAMOS ON NM | 7,57 | -3,32 | 10 |
| MAGAZ LIZA ON | 11,8 | -2,96 | 29 |

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

| | | | |
|----------------|------|-------|----|
| PAZCAR-CHON | 2,83 | -3,74 | 5 |
| VAMOS ON NM | 7,57 | -3,32 | 10 |
| MAGAZ LUIZA ON | 11,8 | -2,96 | 28 |

TÍTULOS/PÓLIÇA/PÓLIÇA SELIC (%)

| | | | | |
|-----------|-------|-------|-------|-------|
| 226 x 227 | 0,088 | 0,729 | 0,58 | 0,500 |
| 226 x 227 | 0,082 | 0,767 | 0,585 | 0,500 |
| 246 x 247 | 0,085 | 0,601 | 0,520 | 0,500 |

INFLAÇÃO (%)

| Índice | Abil | Ma | Jun | 12 Mes |
|-----------|------|------|------|--------|
| INPC (B3) | 0,37 | 0,41 | 2,42 | 0,34 |
| IPCA (B3) | 0,37 | 0,41 | 2,42 | 0,34 |
| IPCA (F3) | 0,37 | 0,41 | 2,42 | 0,34 |
| IPCA (F3) | 0,37 | 0,41 | 2,42 | 0,34 |
| IPCA (F3) | 0,37 | 0,41 | 2,42 | 0,34 |

Índice de reajuste de aluguel (Anual)

| | | | | |
|-------------|--------|--------|--------|--------|
| RENTAL (F3) | 1,0004 | 0,9994 | 0,9994 | 0,9994 |
| RENTAL (F3) | 1,0004 | 0,9994 | 0,9994 | 0,9994 |
| RENTAL (F3) | 1,0004 | 0,9994 | 0,9994 | 0,9994 |

INSS - COMPETÊNCIA (LIMHO)

| Trabalhador assalariado e doméstica | Alíquota |
|-------------------------------------|----------|
| Salário de contribuição | 7,5% |
| Até R\$ 14.280 | 7,5% |
| DE R\$ 14.280 ATÉ R\$ 28.560 | 9% |
| DE R\$ 28.560 ATÉ R\$ 42.840 | 12% |
| DE R\$ 42.840 ATÉ R\$ 57.120 | 14% |

Autônomo

| INSS (INSS) | Alíquota | A pagar (R\$) |
|------------------------|--------------------------|---------------|
| DE R\$ 14.280 A 28.560 | 20% DE 28.560 A 1.552,20 | |
| DE R\$ 28.560 A 42.840 | 20% DE 28.560 A 1.552,20 | |
| DE R\$ 42.840 A 57.120 | 20% DE 28.560 A 1.552,20 | |

CDB - CDI

| taxa | ano | Taxa | dia |
|-----------|------|------|------|
| CDB (CDB) | 0,41 | 0,40 | 0,40 |
| CDB (CDB) | 0,41 | 0,40 | 0,40 |

AGRICULTAS - MERCADO FUTURO

| Var. % | Alc. % | Alc. % | Mín. % | Máx. % | Var. % |
|------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |

AGRICULTAS - MERCADO FUTURO

| Var. % | Alc. % | Alc. % | Mín. % | Máx. % | Var. % |
|------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| AGRICULTAS | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |

MOEDAS E COMMODITIES

| Moeda | Var. % | Alc. % | Alc. % | Mín. % | Máx. % | Var. % |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |

MOEDAS E COMMODITIES

| Moeda | Var. % | Alc. % | Alc. % | Mín. % | Máx. % | Var. % |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |
| DÓLAR AMERICANO | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 | 0,04 |

Setor de energia eólica cobra definição sobre regras para instalar usinas no mar

Tema está em debate no Senado; indústria diz que demora reduz oportunidades do país
18.jun.2024 às 18h29

[Nicola Pamplona](#)

RIO DE JANEIRO

Em meio a uma crise que vem provocando demissões, o setor de [energia eólica](#) cobra do governo e do Congresso agilidade na elaboração das regras para a instalação de usinas geradoras de energia no mar, projetos conhecidos como eólicas offshore.

Em evento no Rio de Janeiro nesta terça-feira (18), representantes da indústria argumentaram que o Brasil pode perder oportunidades para outros países, onde a legislação está mais desenvolvida. Um projeto de lei criando as bases para esses empreendimentos está em debate no [Senado](#).



Torres do parque eólico Bard Offshore 1, na costa da Alemanha.
- Fabian Bimmer/Reuters

"Estamos falando de política industrial, de atrair a cadeia produtiva para o Brasil", disse Élbis Gannoum, presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica). "Indústrias com tal complexidade precisam ser sinalizadas com antecedência, senão vão ficar por lá [no exterior]".

O Brasil [é visto com grande interesse por empresas do setor](#), pelo elevado potencial de geração e por já ter uma indústria de energia eólica em terra, já com fatia relevante na matriz energética e fabricantes de equipamentos instalados no país.

"Além de ser uma baita oportunidade de geração de energia a partir de 2030, é oportunidade para industrialização do país", afirmou Pedro Vilella, que chefia a área de Relações Públicas da Vestas, fabricante de turbinas para o setor.

Ele reforçou que, mesmo com a aprovação do projeto de lei, a instalação de eólicas offshore no Brasil ainda dependeria medidas de regulamentação infralegais e desenvolvimento dos projetos, que levam cerca de cinco anos.

Há hoje [quase cem requerimentos de licença ambiental](#) para a implantação de usinas desse tipo no Brasil, mas todos dependem da aprovação de um marco regulatório. O projeto em debate no Senado vem enfrentando problemas principalmente com a inclusão dos chamados jabutis.

São emendas que não dizem respeito ao tema principal, geralmente patrocinadas por lobbies em busca de incentivos a setores específicos. O PL das eólicas offshore ganhou dispositivos que ajudam termelétricas a carvão e gás natural, por exemplo.

"Queremos que o país se posicione logo, que diga logo se vai investir em energia eólica offshore, porque queremos ser investidores e atrair investimentos", afirmou Gannoum no evento desta quinta, chamado Energy Summit.

16

Veja fotos da 1ª turbina eólica do mundo de 16 megawatts no mar, feita pela China



Turbina eólica de 16 megawatts instalada no parque eólico offshore de Fujian operado pela China Three Gorges Corporation na costa da Província Lin Shanchuan/XinhuaMAIS

[LEIA MAIS](#)

Em 2023, foram instalados no mundo 11 GW (gigawatts) de potência em eólicas offshore, segundo dados do GWEC (sigla para Conselho Global de Energia Eólica).

Após um período de crescimento acelerado no Brasil, a indústria eólica [sente hoje o excesso de energia no mercado interno](#), que inibe a construção de novos parques eólicos e demitiu milhares de trabalhadores de fabricantes de equipamentos nos últimos meses.

A sobreoferta estaria sendo puxada pela instalação de geração distribuída por placas solares, feita pelos próprios consumidores e empresas. O setor eólico nasceu no Brasil impulsionado por leilões públicos organizados pelo MME (Ministério de Minas e Energia) e pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Depois, se beneficiou com o aumento da busca por energia renovável no mercado livre. Os problemas começaram a partir de 2022, quando o preço de referência da energia elétrica, chamado de PLD, despencou.

-

PUBLICIDADE

Abastecendo o Futuro:
Biocombustíveis impulsionam
progresso na neutralidade de carbono

Baixe nosso relatório especial

S&P Global
Commodity Insights

Térmicas atravancam eólicas offshore no Senado e mercado teme perda de janela para investimentos

Investidores reavaliam projetos enquanto marco legal atrasa em meio a discussão sobre gás e carvão



Hanrikson de Andrade e **Gustavo Gaudarde** — 25 de junho de 2024 - Atualizado em 26 de junho de 2024

Em Congresso, Eólica, Mercado offshore

AA





O senador Weverton Rocha (PDT/MA) é o relator do PL 576/21, das eólicas offshore (Foto: Pedro França/Agência Senado)




BRASÍLIA – O **marco das eólicas offshore (PL 576/2021)** está emperrado no Senado Federal, sob relatoria de Weverton Rocha (PDT/MA), à espera de uma definição do governo Lula (PT) sobre a permanência ou não das emendas inseridas durante a tramitação do projeto na Câmara. O relator foi o deputado Zé Vitor (PL/MG).

- **Whatsapp: siga o canal da epbr e ative os alertas!**

Entre as emendas estão a **prorrogação de usinas a carvão**, demanda de interesse dos parlamentares da região Sul, e a contratação **compulsória de térmicas a gás e PCHs**.

O texto passou com votos da base governista na Câmara. Modificou a lei de privatização da Eletrobras, com a substituição de parte da contratação obrigatória de térmicas pelas pequenas centrais hidrelétricas. Alterou, ainda, **as diretrizes para os preços do gás natural**, numa tentativa de viabilizar as usinas em regiões sem acesso ao gás natural.

Em decorrência do impasse, empresas nacionais e internacionais que pretendem investir no setor de eólicas *offshore* já começaram a rever seus cronogramas. E, sob pretexto de corte de gastos, começam a desmobilizar equipes.

É o caso da Corio, braço do fundo de investimento Green Investment Group (GIG), da australiana uarie. Segundo Ricardo de Luca, diretor da empresa no Brasil, sem uma definição no país, já foi preciso demitir equipes voltadas ao desenvolvimento dos projetos.



O executivo afirma que além de o Brasil está **perdendo a oportunidade de contratar investimentos** industriais bilionários para as próximas décadas, um leilão de áreas no curto prazo já movimentaria recursos para o desenvolvimento dos projetos.

“Com um 1 GW, apenas para o desenvolvimento, são de 100 a 200 milhões de dólares em investimentos”, afirma. Ele ainda acredita que é possível sinalizar ao mercado um leilão apenas das primeiras áreas até 2025, com mais tempo para um leilão da energia. “Seria um legado”.

- ***Brasil tem vantagem competitiva na eólica offshore por causa do óleo e gás, diz Ricardo de Luca***

Há uma certa perplexidade entre os agentes internacionais: como convencer os conselhos lá fora a manter os investimentos no Brasil, enquanto o marco legal da eólica *offshore* está sendo travancado pela falta de um acordo sobre térmicas.

Com o agravante de governo, mercado e Weverton terem avançado na construção de um consenso em pontos que envolvem as eólicas, em si.

“Vamos entrar na fase de aprovação de orçamento, durante o segundo semestre, e queremos aprovar investimentos mais robustos para desenvolver os projetos *offshore*. Mas essa espera pelo marco é infinita”, diz Paulo Simões, executivo da Servtec Energia.

Há 234 GW registrados no Ibama em 97 projetos, na costa brasileira de Norte a Sul do país. O órgão ambiental – **que está entrando em greve essa semana** – acabou se tornando um farol para as eólicas *offshore*, antecipando os termos de referência em 2020. São as bases para os futuros licenciamentos.





“Desastre tarifário”

O governo Lula é contra as emendas no projeto da Câmara, mas também envia sinais trocados ao Congresso Nacional.

Semana passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), **taxou o projeto de “desastre tarifário”**, em virtude das alterações feitas na Câmara.

“Se o Senado aprovar aquele PL do jeito que ele saiu dessa casa [Câmara dos Deputados], nós vamos ampliar a CDE de R\$ 38 bilhões para R\$ 53 bilhões, prejudicando em especial a população mais pobre”, afirmou Silveira em audiência na Comissão de Minas e Energia (CME).

Enquanto isso, o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT/CE), conseguiu aprovar a urgência para o **PL 1956/2024**, que **replica o texto da MP 1212** (subsídios para fontes renováveis) e inclui uma emenda para recontratar térmicas a carvão, mediante conversão para gás natural.

Weverton cogita até mesmo usar o texto de Guimarães para encontrar, ao menos, uma resolução para a discussão sobre o carvão.

PUBLICIDADE





O Ministério de Minas e Energia estimou antes da edição da MP 1212 que, em um cenário de expansão da geração renovável, a prorrogação de descontos em encargos poderia levar a um aumento de **R\$ 10 bilhões por ano na CDE**, com novos 34 GW. Há mais de 85 GW na fila, segundo balanço da Aneel. Ainda precisam se viabilizar comercialmente.

No gabinete do relator das eólicas *offshore*, há uma percepção de que o avanço do PL de Guimarães seria o melhor para todos, nesse momento. Poderia enxugar a redação do PL 576/2021, facilitaria a conclusão do parecer e ainda ajudaria a amenizar eventual repercussão negativa, principalmente em um cenário de defesa da transição energética.

Contudo, Weverton não quer apressar a entrega do relatório sob risco de, posteriormente, ter partes vetadas pelo presidente da República. Tampouco comprar briga com a Câmara dos Deputados. A bola está com o governo.


Na quarta (19/6), após negociar com Arthur Lira (PP/AL), Guimarães conseguiu aprovar na Câmara um requerimento de urgência ao PL 1956/2024. Com isso, a matéria pode ser rapidamente apreciada pelo plenário da Casa, dispensando a etapa da análise nas comissões.

Essa é uma articulação que foi feita pelo governo de forma unilateral, sem iniciativa de diálogo com o relator no Senado.

Contratação de térmicas nos leilões locais

Ainda que o PL 1956/2024 avance na Câmara, ainda ficaria pendente a definição sobre a contratação compulsória das térmicas a gás. Trata-se dos artigos 22 e 23 do PL das eólicas *offshore*, que não foram abrangidos pelo texto de Guimarães.

Por esse motivo, Weverton tem avaliado de que forma poderia fazer do problema “remanescente” – isto é, a contratação de usinas termoeletricas e a substituição de parte da potência por PCHs – uma oportunidade de ganhos socioeconômicos.

 sência, a ideia da emenda aprovada na Câmara, no ano passado, é viabilizar a contratação de térmicas em regiões sem acesso ao gás natural. Dessa vez, subordinando as tarifas de energia ao

preço obtido por meio de chamadas públicas – e assim, viabilizando a construção de gasodutos.

O senador tem mantido conversas com o MME para a realização de um estudo de impacto tarifário, com foco nas regiões que seriam beneficiadas a partir desse investimento em infraestrutura de transporte de gás. O Maranhão, base eleitoral do parlamentar, estaria entre os possíveis beneficiários.



Assine nossa newsletter

De 2ª a 6ª, pela manhã, comece seu dia com as principais notícias do mercado de energia

ASSINAR

- Tudo sobre:
- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Corio

energia eólica offshore

Ibama

Licenciamento Ambiental

Macquarie

Ministério de Minas e Energia (MME)

MP 1212/2024

PCHs

PL 1956/2024

PL das Eólicas Offshore

Ricardo de Luca

Senado Federal

Subsídios

Termelétricas

térmica a carvão

térmica a gás

Weverton Rocha

Zé Guimarães

Zé Vitor

Mais da epbr

SETOR ELÉTRICO

MME prepara leilão de baterias para 2025

DANIEL CARDOZO 4 DE JULHO DE 2024

DIÁLOGOS DA TRANSIÇÃO

Proibição do fracking retorna à pauta da Câmara

NAYARA MACHADO 3 DE JULHO DE 2024



MEIO AMBIENTE

Ibama cancela audiência de térmica em Caçapava (SP) por protestos de ambientalistas

FERNANDO CAIXETA 3 DE JULHO DE 2024

CONGRESSO

Câmara vai debater MP da Amazonas Energia a pedido da oposição

DANIEL CARDOZO 3 DE JULHO DE 2024

MAIS



MME prepara leilão de baterias para 2025

4 DE JULHO DE 2024

- ▶ Cade vai monitorar venda de combustíveis da Petrobras
- ▶ Também é preciso valorizar os servidores que fazem trabalho de campo na ANP
- ▶ Senado rejeita emendas e PL do hidrogênio segue para a Câmara
- ▶ Falta de servidores na Aneel custou R\$ 1 bi a consumidores na revisão tarifária da Enel SP, calcula sindicato
- ▶ Proibição do fracking retorna à pauta da Câmara

- ▶ Ibama cancela audiência de térmica em Caçapava (SP) por protestos de ambientalistas
- ▶ Câmara vai debater MP da Amazonas Energia a pedido da oposição



**A maior empresa
de GLP da
América Latina.**

Experiência de mais de
70 anos energizando vidas
e negócios dos brasileiros
de forma sustentável.



© 2020 agência epbr

Mapa do site

[Quem somos](#) / [Capa](#) / [Últimas](#) / [Colunas e opinião](#) / [Newsletters epbr](#) / [Política energética](#) / [Mercado de gás](#) / [Petróleo e gás](#) / [Combustíveis](#) / [Mercado offshore](#) / [Transição energética](#) / [Setor elétrico](#)

Nossas redes

